

## **TRANSCRIÇÃO DO PODCAST VOX - EPISÓDIO 8 - FUNEMP**

**SR. ALEX LANZA:** Olá, eu sou o Alex Lanza. E a partir de agora você acompanha mais um episódio do Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. Você sabia que o Ministério Público tem um fundo especial que financia projetos direcionados para a população mineira? Em dezembro de 2021, por exemplo, foram aprovados 9 projetos nas áreas de saúde, da segurança pública do meio ambiente e da cultura, todos eles vão ser custeados em 2022 pelo Funemp, que é o Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais. Nós temos o prazer de receber aqui no Vox o procurador de Justiça Jacson Rafael Campomizzi, que é presidente do grupo coordenador do Funemp. Olá, procurador. Seja muito bem-vindo ao Vox.

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** Obrigado, Alex Lanza. Agradecer também à superintendência de comunicação e ao procurador geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, que está possibilitando a nossa participação nesse podcast, que é uma mídia social permite a divulgação, a própria transparência das ações do Ministério Público para não só o público interno e toda a sociedade.

**SR. ALEX LANZA:** Vamos começar falando de segurança pública. Existe um projeto da Polícia Militar de Minas para colocar câmeras nos uniformes dos policiais que estiverem em serviço. Essas câmeras portáteis vão ser compradas pelo fundo do Ministério Público e doadas para a Polícia Militar. O senhor poderia explicar um pouco para o nosso ouvinte como que será a participação do Ministério Público nesse projeto?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** Alex, o Ministério Público vai prestar auxílio na ordem de R\$ 4,220 milhões para custear a aquisição de 400 câmeras operacionais portáteis, com os carregadores de bateria, descarga de dados e também a aquisição de 400 pistolas de emissão de impulso elétrico, com os cartuchos. Esse projeto visa auxiliar a colheita de provas, contribuir para legitimidade da ação policial, dar mais transparência e proximidade com a sociedade, com as comunidades, e evitando, como já tem sido constatado, a letalidade policial. Nós temos já experiência em outros estados e outros países, com grande constatação da diminuição dessa letalidade e principalmente desse convívio que se quer pacífico da Polícia Militar com as comunidades protegidas por ela.

**SR. ALEX LANZA:** Existe uma previsão, algo assim que a gente possa mensurar de quando esse projeto será colocado em prática?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** É um projeto piloto, são, então, 400 câmeras que serão aportadas em um determinado batalhão, e ali a Fundação João Pinheiro, a própria Polícia Militar, o CAO da Segurança Pública acompanhará e fará os estudos acerca da utilidade, da eficiência, dos resultados. O convênio firmado com a Polícia Militar prevê a expansão, né? No futuro, pretende-se colocar na lapela de todo policial militar essas câmeras, e, portanto, é um projeto de permanência. É um projeto piloto, por enquanto, um projeto que constitui um marco histórico da política de segurança pública, né? Nós galgamos um degrau acima, vamos dizer, do tempo da pólvora para o tempo da tecnologia, certo que sem prescindir o uso da pólvora quando ela é necessária. Porque além das câmeras nós temos as armas não letais, que a nossa polícia ainda não faz uso delas. Portanto, é um marco de altíssima importância, né? Nós esperamos muitos resultados positivos.

**SR. ALEX LANZA:** O enfrentamento da violência contra a mulher em Minas Gerais também vai receber recursos do Ministério Público em 2022. Como vai ser a aplicação desse dinheiro repassado pelo Funemp nesse caso específico de enfrentamento à violência contra a mulher?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** Os projetos normalmente passam por um dos CAOs do Ministério Público. Ele foi apresentado pela promotora de Justiça Patrícia Habkoux.

**SR. ALEX LANZA:** Para não quem não tem a familiaridade, nosso ouvinte, o CAO é o Centro de Apoio Operacional. Ele é ligado a diversas áreas do Ministério Público, cada área tem o seu centro de apoio, né? Tem o Centro de Apoio da Ordem Econômica Tributária, Direitos Humanos, Educação, Criança e Adolescente, e por vai. Esse é o CAO citado pelo procurador Jacson.

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** Sim. Inclusive, tem o fórum de CAOs. Nós, na próxima reunião do fórum de CAOs, também fomos convidados pelo procurador geral de Justiça para apresentar a cada um deles novamente o Funemp, para que possa haver maior utilização dos recursos do Funemp, interiorização desses recursos e o conhecimento dos nossos procedimentos, né? Que já se inicia aqui com esse bate-papo.

**SR. ALEX LANZA:** Mas voltando a falar da violência contra a mulher. Como que o senhor vê essa questão do projeto ser aprovado para combater justamente, para enfrentar esse tipo de violência que infelizmente a cada dia a gente tem números mais alarmantes em relação à violência contra a mulher?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** Hoje, as estatísticas demonstram que o crime, a maior incidência criminal se dá exatamente nos lares. A violência doméstica, infelizmente, galga os patamares aí da violência no Brasil. Então, o projeto que foi apresentado pelo CAO Violência Doméstica também em convênio com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Nós vamos destinar a esse projeto R\$ 3,642 milhões. Também um projeto piloto, um projeto cujo conteúdo também contempla uma permanência. No piloto, nós vamos instalar em quatro comarcas, Curvelo, Poços de Caldas e Barbacena... perdão, então, em três comarcas que não foram elegidas aleatoriamente, são cidades que há grande incidência desse tipo de crime. E ali vamos implantar e estruturar Casas de Acolhimento da Mulher e casas que receberão o próprio violador, o autor dos crimes. Porque a ideia é conscientizar esse homem, conscientizá-lo da violência, que é histórica, de opressão da mulher a partir um grupo que já está em treinamento, um grupo de profissionais, psicólogos, assistentes sociais, profissionais do direito, que passam a conscientizar esse autor da violência. Esse autor da violência, ele vai, ele pode parar nessa casa via determinação judicial, via determinação do Ministério Público. Um projeto que ele acolhe também não só a mulher, mas o violador, esse homem passa ali a ser educado, né? Dá a ele o direito de fala, ver aqueles problemas, né? Os problemas internos, profundos, sei lá, os medos, as vulnerabilidades, de forma que ele passa a ser um multiplicador da conscientização contrária a essa violência, assim como funciona em outros setores. O AA(F) é um projeto que eu tenho muito entusiasmo, à medida que é com o seu alargamento, ele possa trazer um novo tipo de consciência masculina ao feminino, em relação às mulheres, em relação a essas violências.

**SR. ALEX LANZA:** Só para a gente ilustrar essa questão dos números que eu citei que a cada ano são mais alarmantes no Brasil, a cada dois, três segundos, uma mulher é agredida, para o nosso ouvinte ter a ideia do que representa essa questão do enfrentamento contra a violência praticada contra a mulher. Outro exemplo de custeio pelo fundo do Ministério Público é o Projeto Modernismo em Minas Gerais, de autoria da Fundação Clóvis Salgado. A iniciativa faz parte das comemorações dos cem anos da Semana de Arte Moderna e pretende resgatar as expressões artísticas que ocorreram em Minas a partir da década de 1920. Procurador Jacson Campomizzi, por que o fundo do Ministério Público decidiu destinar recursos para este projeto?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** Alex, é um projeto também oriundo do CAO de Proteção ao Patrimônio Cultural, em convênio com a Fundação Clóvis Salgado, Palácio das Artes, que possui como finalidade apoiar a criação cultural, financiar, fomentar, produzir, difundir as artes e a cultura no estado de Minas Gerais. A pertinência temática, ela nasce a partir da constatação que vivemos

um período de muita carência, por conta da pandemia, do financiamento de produção cultural. E esse marco histórico dos cem anos do Modernismo, ele é muito importante em Minas Gerais, que também, junto com São Paulo, foi o berço do Modernismo Brasileiro. O Modernismo, ele alterou, ele alterou, ele fez com que a cultura tomasse outro patamar. E a cultura é um gerador de boas políticas, é um gerador de arquitetura, é um gerador de história, né? Ela congrega homens da mais categoria da literatura e assim repercute na sociedade. A partir de 1922 ele foi um dos realizadores das várias transformações que resultaram na contemporaneidade. Inclusive, em Minas Gerais teve também o Modernismo tardio em 1944, que nasceu, por exemplo, toda a arquitetura de Oscar Niemeyer, já no final do governo Getúlio Vargas, vários mineiros foram a Secretaria de Cultura daquele governo, inclusive Carlos Drummond de Andrade. E o resgate dessa cultura, nesse marco dos cem anos, nós reputamos de altíssima importância, uma vez que dá visibilidade exatamente à importância desse marco cultural mineiro e brasileiro. Ressaltar que nós temos Ouro Preto, nós temos um patrimônio cultural anterior ao Modernismo que acaba ganhando também um espaço muito grande nessas discussões. O projeto prevê a realização de um longa documental, um documentário, uma biblioteca virtual, uma exposição fotográfica com um livro de fotografia sobre a época. O projeto, ele tem todo o Palácio das Artes envolvido, com a Orquestra Sinfônica, com balé, com a galeria, com as galerias, com as exposições, com debates que serão realizados, por isso também tenho muito entusiasmo com ele. O projeto no valor de R\$ 2,600 milhões ou 400 mil, se eu não me engano, que já se inicia agora nesse mês as realizações. A sociedade vai perceber tudo o que será realizado, uma amostra de cinema, em todas as vertentes das artes, arquitetura, história e literatura.

**SR. ALEX LANZA:** Para fechar nosso primeiro bloco, procurador, você poderia falar um pouco mais sobre outras iniciativas que vão receber recursos do Funemp ainda nesse ano de 2022?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** Ano passado, 2021, nós tivemos duas reuniões ordinárias do grupo gestor do Funemp e aprovamos diversos projetos, um mais no início do ano e um no final do ano. Nós temos um projeto... outros projetos na área de segurança pública, nós temos o custeio e o financiamento de ações internas, por exemplo, pagamento de honorários periciais dos técnicos do Ceat, via... a terceirização dos técnicos contábeis, dos técnicos ambientais, nós já portamos quase R\$ 3 milhões para que os técnicos se habilitem em um processo e prestem assistência aos inquiridos civis em todo o estado de Minas Gerais. Nós fizemos com esses recursos uma contratação ampla, conseqüentemente, uma eficiência bastante produtiva na rapidez dos inquiridos civis públicos.

**SR. ALEX LANZA:** Você está ouvindo o Vox, o podcast do Ministério Público de Minas Gerais. Nosso convidado de hoje é o procurador de Justiça Jacson Rafael Campomizzi, ele que é presidente do grupo coordenador do Funemp, Fundo Especial do Ministério Público.

Já pensou em fazer parte da equipe do Ministério Público de Minas Gerais? Faça estágio do MPMG. As vagas são preenchidas em uma seleção pública, e as inscrições estão abertas em todo o estado. Para verificar informações sobre as vagas de estágio disponíveis, acesse o portal do MPMG na Internet: [mpmg.mp.br](http://mpmg.mp.br). No campo de busca, digite a palavra estágio. Você também pode explicar em serviços, depois em acesso à informação e por fim, clicar em concursos e estágios. Outro caminho é rolar a página principal do site e clicar no link estágios, na seção acesso rápido. Pronto, confira as vagas disponíveis e faça sua inscrição. O Ministério Público de Minas Gerais em todo lugar, ao seu lado. Siga a gente nas redes sociais, procure por MPMG oficial. Para mais informações, acesse: [mpmg.mp.br](http://mpmg.mp.br).

[intervalo]

**SR. ALEX LANZA:** Estamos de volta com o nosso bate-papo, nossa conversa hoje com o procurador Jacson Rafael Campomizzi, que é presidente do grupo do Funemp, o fundo do Ministério Público. Procurador, poderia explicar para o nosso ouvinte o que é Funemp e qual é o objetivo dele?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** O Funemp foi criado na Lei Complementar 67 de 2003. Ele vem na esteira da Constituição Federal. A Constituição Federal criou vários fundos. O financiamento das políticas públicas nacionais são feitos através de fundo, lembrando o fundo da educação, o fundo da saúde, que são fundos que vinculam a receita orçamentária da União e isso repete nos estados e municípios. O Funemp vem com o objetivo de reconstituir os bens lesados. O Funemp recebe os recursos oriundos dos termos de ajustamento de conduta, hoje, que ganham uma dimensão extraordinária com aquisição de outros instrumentos formais que visam a conciliação. Nós temos o Nucam, que é o Núcleo de Conciliação do Meio Ambiente, hoje o Compom também, que é um núcleo geral que viabiliza a composição em grandes conflitos. E essas composições, elas ensejam algumas sanções, algumas multas, e esses recursos acabam entrando nos cofres do Funemp. Consequentemente, voltando para a sociedade, nesse objetivo de reconstituir bens lesados, de promover os objetivos constitucionais do Ministério Público, que é a transformação social, transformação positiva de realidades nos bens difusos, coletivos e na segurança pública da nossa sociedade.

**SR. ALEX LANZA:** O senhor falou um pouco do Funemp, falou de como os recursos são adquiridos, nós falamos aqui de projetos, mas qualquer pessoa pode apresentar um projeto ao Funemp?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** É, o fundo, ele tem como objetivo financiar entidades da sociedade civil sem fins lucrativos e também fazer parcerias com as entidades públicas, com o estado, com o município, com as fundações de direito público. Nós apresentamos ao procurador geral de Justiça um projeto de resolução para regulamentar a Lei 13.019 de 2014, que é o marco regulatório da sociedade civil. Essa resolução vai permitir darmos consecução a esse objetivo, que é financiar as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, cujos objetivos coincidem com os objetivos [ininteligível], coincidem com os interesses sociais. Aí por ora nós estamos firmando convênio só com instituições públicas.

**SR. ALEX LANZA:** E como é feita a avaliação dos projetos pelo Funemp?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** É de forma bastante democrática. O Funemp, ele conta com um conselho gestor, um conselho coordenador que tem participação de representantes da sociedade civil, de órgãos internos do Ministério Público. Nós contamos com a presença de um representante do Ministério Público do Trabalho. O projeto é apresentado à secretaria do fundo, que faz a análise técnica, e após essa análise que cumpre os requisitos da lei nós apresentamos ao fundo, e o fundo faz a análise e a votação do projeto para que ele possa receber o aporte financeiro do Ministério Público. É importante ressaltar também que o Ministério Público não faz a licitação, na medida que hoje fazemos convênio com entidades públicas, elas... nós fazemos o aporte do recurso, e as entidades, cumprindo os procedimentos legais para a aquisição dos bens ou realização daqueles interesses que serão financiados.

**SR. ALEX LANZA:** No início da nossa conversa, o senhor falou de alguns projetos que irão receber recursos do Funemp em 2022 e o senhor destacou a questão desse projeto da Polícia Militar, que irá receber 400 câmeras, para que os policiais possam colocar essas câmeras nos seus uniformes para uma eficiência maior do trabalho realizado pela polícia. Tem também a aquisição de 400 armas não letais. Mas o senhor destacaria, assim, um projeto que tenha chamado a atenção, dentre tantos aí que o Funemp já aprovou?

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** É, eu posso destacar, então, nós vamos transferir recursos para a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e adquirir uma aeronave no valor de R\$ 11 milhões. Essa contrapartida do estado que essa aeronave também possa ser utilizada naqueles objetivos do Ministério Público pelos promotores de Justiça, a contrapartida do estado. Uma aeronave que, além da segurança pública, ela vai poder fazer transplante de órgão, vai poder

realizar ações de meio ambiente e ela já está em processo de aquisição. Nós temos um convênio com o CAO de Saúde para a prevenção de mortalidade materna e infantil. Nós temos financiamento do setor de perícia da Polícia Civil, que adquire, já adquiriu, está adquirindo as ferramentas chamada Cellebrite, que é de absorção de dados de equipamentos eletrônicos. Nós temos aí honorários periciais do Ministério Público do Trabalho, um projeto de R\$ 600 mil reais. Nós temos convênio com o Corpo de Bombeiros, tem um especialmente interessante, que foi na Comarca de Guanhães, no valor de quase R\$ 300 mil para a instalação da unidade de bombeiro naquela região, uma região pobre, de baixo IDH, uma região que não contava com qualquer serviço do Corpo de Bombeiros, principalmente para amparar os acidentes, ferramentas de cortes, de latas, uma estruturação que contempla a participação do município de Guanhães, com recursos na ordem de 1,300 milhão e do próprio Corpo de Bombeiros do estado de Minas Gerais. Eu tenho aqui a lista de projetos financiados pelo fundo que foram aprovados no ano passado, e vejo aqui o Progea, que é um projeto de educação ambiental da Polícia Militar. Nós temos ainda projeto de ciência e tecnologia de defesa do meio ambiente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, de R\$ 336 mil, cujo objetivo é estruturação do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Um projeto também bastante interessante que vai ser implantado, está em vias de implantação no Triângulo Mineiro, na comarca de Uberlândia, que objetiva adquirir imobiliários, equipamentos eletrônicos, para a implantação de Centro Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública. Um órgão que vai reunir as diversas instituições responsáveis pela segurança pública naquele local, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, o Gaeco do Ministério Público, Samu, né? Projeto também bastante interessante. Na área do meio ambiente, estou lembrando aqui, nós financiamos, na última reunião, dois projetos muito interessantes. Um em Montes Claros, oriundo da Cimos, que é Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, um projeto apresentado pelo Paulo César, que é o coordenador, que vai financiar ações de reciclagem de lixo em parceria com o município. O município vai disponibilizar os galpões, nós vamos adquirir os veículos e equipamentos para dar ensejo à reciclagem do lixo, através dos moradores de rua daquela comunidade, daquela cidade, daquela comarca, um projeto muito interessante. Um outro também apresentado por um consórcio intermunicipal, que prevê a construção, a realização de usinas de compostagem para seis municípios bastante pobres e despidos de qualquer tipo de equipamento de disposição, deposição dos lixos daqueles municípios, um projeto de R\$ 2,700 milhões, um projeto também financiado pelo Funemp. Vai possibilitar um aterro sanitário que vai atender todos esses municípios, uma usina de compostagem que vai atender todos esses municípios. A gente dá esses exemplos todos para notabilizar

as possibilidades dos recursos do Funemp, né? A gente que está próximo desses projetos e visualiza a realização, a gente tem um sentimento de gratidão, de gratificação, vamos dizer assim, que é muito interessante você ver transformação de realidades decrépitas em realidades com dignidade. Eu acho importante dizer, colocar os números gerais de 2021. Ano que aprovamos 16 projetos, no valor total de R\$ 41,290 milhões. Aqui na estatística, eu tenho alguns números que demonstram que R\$ 26 milhões foram destinados a projetos voltados ao combate à criminalidade, R\$ 6 milhões destinados à proteção do meio ambiente, entre outros de outras áreas, como a área cultural, como a área de saúde, como a área de violência doméstica, conforme já foi dito. Esse ano, nós pretendemos tão logo seja publicada a resolução que regulamenta o marco regulatório para financiamento da sociedade civil, já publicar alguns editais em áreas sensíveis, para que a sociedade participe, para que as entidades possam participar, para que nós possamos dar uma maior abertura, uma universalidade de acesso aos recursos do fundo, né? A fim de se evitar qualquer tipo de personalismo, qualquer tipo de clientelismo, de quebra do princípio da impessoalidade, né? Nós temos essa preocupação. E nós também fazemos um apelo aos promotores de Justiça, no sentido de que na realização dos seus TACs, dos seus acordos, possam aportar recursos ao fundo e também apresentar os projetos relativos à sua promotoria, sua região, a fim de que possamos interiorizar a aplicação desses recursos. Sempre lembrando que o Funemp é o órgão que passa pelo controle interno, os recursos do Funemp têm o controle interno, e o controle externo pelo Tribunal de Contas, além dessa participação da sociedade civil, de uma participação democrática.

**SR. ALEX LANZA:** Nós conversamos com o procurador de Justiça Jacson Campomizzi, que é presidente do grupo coordenador do Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais. Mais uma vez, muito obrigado, procurador, pela sua participação.

**SR. JACSON RAFAEL CAMPOMIZZI:** Obrigado, Alex.

**SR. ALEX LANZA:** Essa entrevista estará disponível nos canais oficiais do Ministério Público de Minas Gerais. Basta procurar por MPMG Oficial e também nas plataformas de streaming. Obrigado e até o próximo Vox.